X COLÓQUIO INTERNACIONAL
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
ISSN: 1982-3657

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE X EDUCAÇÃO FÍSICA:UMA LÓGICA DE MERCADORIZAÇÃO E ESPETACULARIZAÇÃO DO FENÔMENO ESPORTIVO

PETRA SCHNNEIDER LIMA DOS SANTOS

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO O presente artigo traz uma reflexão sobre as Políticas Públicas de Esporte e a Educação Física apresentando como o fenômeno esporte aparece de maneira mercadorizada e espetacularizada no chão da escola na atual conjuntura devido aos megaeventos esportivos. O Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola aparece no contexto escolar enquanto possibilidade de selecionar atletas para representar o país nas Olímpiadas em 2016. É possível constatar que as Políticas do Esporte Educacional historicamente vem sendo inseridas numa lógica de mercadorização e espetacularização esportiva sem nenhuma articulação com a prática de esporte nas escolas brasileiras nos possibilitando refletir sobre o ensino deste conteúdo a partir de princípios que garantam o acesso ao mesmo. **Palavras-chave:** Educação Física, Esporte, Políticas Públicas de Esporte **ABSTRACT** This article presents a reflection on Public Sport and Physical Education Policies showing how the sport phenomenon appears commodified and spectacularized way in the school ground at this juncture due to the mega sports events . The Training Program Sport Athlete School appears in the school context as a possibility to select athletes to represent the country in the Olympics in 2016. It is established that the Educational Sports Policies has historically been inserted in a commodification logic and sports spectacle without any connection with the practice of sport in Brazilian schools enabling us to reflect on the teaching of this content from principles that guarantee access to it. **Keywords:** Physical Education, Sport , Public Sport Policy

INTRODUÇÃO Identificamos na Educação Física uma trajetória histórica sobre o ensino da mesma, a qual está pautada no modo de produção capitalista, ou seja, nos interesses da burguesia. Problemáticas estas que podemos localizar no ensino do esporte por exemplo numa perspectiva de alto-rendimento. Nessa linha histórica de como a educação física se desenvolveu no Brasil, concomitantemente observa-se a construção de Políticas Públicas de Esporte (PPE) que tomam como base perspectivas de formação humana, que propõem em manter os interesses do projeto histórico capitalista, ou seja, uma formação unilateral. É neste sentido que não somente na atual conjuntura, mas desde o início da institucionalização esportiva no país que "o Estado intervém no esporte de forma intensa. Vários e diversos são os princípios e os motivos que regem tal intervenção ou relação" (BRACHT, 2005, p. 70). Em virtude da necessidade histórica de problematização das Políticas do Esporte Educacional (PEE), visto que os dados da realidade demonstram que o mesmo vem sendo inserido, historicamente, em uma lógica de mercadorização e espetacularização do fenômeno esportivo, o que pode ser confirmado, atualmente, quando analisamos a supervalorização dos megaeventos realizados no Brasil – Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016, sem nenhuma articulação com a prática de esporte nas escolas brasileiras. Neste contexto, o esporte tem tido prestígio na agenda governamental visto que o Estado brasileiro tem dado atenção a partir dos megaeventos esportivos, ou seja, a partir da atual conjuntura política, econômica, social e cultural. Assim, a criação de Programa de incentivo ao esporte tem sido intenção do Estado para disseminar a prática esportiva e selecionar alunos para torna-se atletas. O programa de Formação Esportiva Atleta na Escola aparece como possibilidade no chão da escola com tal objetivo nos fazendo refletir de que modo o esporte educacional está posto nas escolas. **FENÔMENO ESPORTE** Reconhecemos que a universalização da prática esportiva permite a realização das diferentes modalidades esportivas em todo o mundo, isto se dá pela linguagem universal que capacita os indivíduos no cenário mundial, dimensões que permitem aos indivíduos, mesmo sem se conhecerem realizar habilidades motoras a partir de regras, favorecendo assim, as competições esportivas nas diversas culturas mundialmente (RUBIO, 2010). Nos deparamos com um cenário esportivo atual imerso numa sociedade em meio à crise. Parece-nos contraditório a promoção de megaeventos esportivos em paralelo ao desemprego, a luta por emprego, famílias necessitadas, migrações e diversos conflitos espalhados no mundo, isto justifica-se principalmente nas sociedades que são dominadas pelo capitalismo as quais mantém as características essências, desde a "reprodução ampliada do capital- sob a direção do grande capital[...] a expropriação crescente do trabalho pelo capital e a extração da mais valia por intermédio da intensidade do trabalho e o aumento da produtividade da força de trabalho"(NEVES, 2005, p.20). O esporte no atual modo de produção do capital não configura-se enquanto direito social. Localizamos na história da Educação Física o conceito de eugenia evidenciado nas práticas esportivas, naturalmente com a seleção dos mais aptos, mais saudáveis e ricos que podem

acessá-lo. No tocante a apropriação dos bens produzidos pela humanidade, identificamos a luta do trabalhador em relação ao estranhamento do capitalismo, pois este não compreende porque encontra-se inserido no modo de produção atual, o qual sofre a manipulação da mais valia que não dá possibilidade de ter tempo para as práticas esportivas. "O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador [...] Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador" (MARX, 2004 p.82). Um outro aspecto significativo dessa lógica está ligado a manipulação das necessidades e do consumo do trabalhador que a sociedade capitalista impõe. Exemplos desta ordem, estão ligados atualmente as contradições que marcam por exemplo os megaeventos esportivos no atual cenário brasileiro. Dentre elas podemos destacar:

> a) Investimento no desporto competitivo de alto rendimento, o futebol, com a Copa do Mundo da FIFA no Brasil em 2014. rompendo com a constituição de 1988 que prioriza o desporto educacional e de lazer; b) A contradição evidente na necessidade vital das praticas esportivas serem universalizadas e democratizadas, na contingencia da mercadorização do esporte, fazendo com que esta mercadoria esteja cada vez mais distante do universo cultural da classe trabalhadora, enquanto possibilidade de humanização; (3) a contradição evidente nas parcerias publico-privado, com benéficos rendendo mais ao privado do que ao público a exemplo dos recursos financeiros para a construção das arenas; (4) a contradição da negação ao praticante , das condições objetivas para praticar, evidente na falta de infraestrutura, programas, projetos, financiamento e marco regulatório para tal. Mas estas contradições, presentes no âmbito das práticas esportivas, podem ser evidenciadas no âmbito da Educação, Saúde, Previdência, Assistência, Segurança e outras necessidades da classe trabalhadora. (TAFFAREL, 2014)
>
> Mediante a estas contradições fica nítido que, diante da divisão de classes determinada pelo modo de produção capitalista, que a atual caracterização hegemônica, possibilita a burguesia o esporte enquanto direito social, massacrando a classe trabalhadora por meio da organização do mundo do trabalho de forma estranhada. É possível concordar com Marx (2004) pois quanto mais é produzido riqueza pelo trabalhador, mais pobre ele fica, transforma-se em mercadoria mais barata do que a que ele produz. É necessário um novo ordenamento de sociedade, que organize as relações sociais para que "a exploração do homem pelo homem não seja considerado algo natural ou apenas recriminável, mas sim inadmissível" (MELO, 2005, p. 189). A saída do homem em relação ao trabalho estranhado "só pode ser colocada em termos políticos, numa época em que a sociedade considerada

como uma superação real da sociedade criticada ainda não nasceu." (MÉSZÁROS, 1981, p. 115) Ou seja, a saída é apresentada por Marx, este afirma que é puramente política, pois através dos estudos realizados é possível difundir a luta política contra o sistema do capital, que explora o ser humano como uma mera mercadoria, assim como ao seu trabalho. **ESTADO E A POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO BRASIL** O Estado tem incumbência na vida social da população do país, "não apenas político, como econômico (produção, finanças, distribuição), ideológico (educação escolar, os meios de comunicação) e quanto à força legal (polícia, forças armadas)" (CARNOY, 1990, p. 9). O Estado brasileiro tem dado atenção ao esporte conforme interesses, necessidades, bem como determinadas conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais. Trazendo uma descrição histórica, com o reconhecimento da constituição de 1988, o esporte passa a ter importância de caráter social. Identificamos que a temática PPE no Brasil passa a ter relevância, tendo um aumento considerável nas discussões sobre esta temática no campo da Educação Física. Outros importantes destaques para o aumento da produção sobre este tema, se deu com a realização dos megaeventos, Copa do Mundo de Futebol em 2014 (já realizado) e Jogos Olímpicos que serão realizados em 2016. O Estado brasileiro enquanto "superestrutura política, de forma ético-política de garantia da dominação da classe expropriadora sobre a classe expropriada ou trabalhadora" (NEVES, 2005, p. 21) foi responsável pela construção histórica da política de esporte no país. As primeiras ações institucionais legais do Brasil com a finalidade de PPE, se deram com a profissionalização do futebol e em seguida a união dos dirigentes das ligas e a unificação do profissionalismo de outras modalidades esportivas (SARMENTO *apud* BUENO, 2008, p.105). Por volta da segunda metade da década de 1930 foi encabeçado por Luiz Aranha, comandante da CBD (Confederação Brasileira de Desportos), posteriormente em 1937, o Estado novo vê o esporte com outro olhar, percebendo que o futebol por exemplo pode ser um mecanismo de desenvolvimento do país. A copa do mundo da FIFA de 1938 teve destaque por meio do futebol, o Brasil ocupou o terceiro lugar na competição despertando o espírito esportivo. Assim, o estado diante das suas ações toma pra si "a responsabilidade de normatizar, controlar e utilizar as entidades esportivas de acordo com a sua orientação ideológica nacionalista." (BUENO, 2008, p. 106). Neste sentido,

Os ideólogos do regime perceberam a importância de se ampliar o discurso

de que o esporte expressava genuinamente o espírito nacionalista e procuraram criar instrumentos que garantissem que o Estado pudesse controlá-lo e dirigi-lo de acordo com seus interesses, tal como já fazia em outros setores de intervenção estatais, seguindo o modelo centralizado e hierarquizado que caracterizaria o período (IDEM). O domínio sobre as entidades esportivas estava oculto por meio da disciplina e promoção do nacionalismo, em meio a dominação "o primeiro ato legal, inteiramente dedicado ao esporte, foi o Decreto-Lei n.º 1.056 de 19/01/1939 que em seu Artigo 2º criou a Comissão Nacional de Desporto", o qual tinha como objetivo identificar os problemas dos esportes no país. Posteriormente houve a criação do CND (Conselho Nacional de Desporto), através do Decreto-Lei n.º 3.199 de 14/04/1941 (BUENO, 2008, p.111). Ainda neste contexto, na tentativa de evitar todo e qualquer conflito estabelece, um estado corporativizador

[...] que pressupõe a intervenção do Estado na dinâmica e no funcionamento das entidades civis, superpondo o público ao privado em nome da 'harmonia social', cuja base é a ilegitimidade do conflito como forma de convivência e, consequentemente, do pluralismo (MANHÃES, 2002, p. 31). Em 1950 o Brasil recebe a copa do mundo e se consagra vice campeão mundial, em 1958 o Brasil torna-se campeão, assim os investimentos foram aumentando, quanto mais o futebol ganhava crédito, outras modalidades não recebiam atenção financeira, mesmo assim ocupavam pódios. Com o Militarismo e o Brasil já ter alcançado o bicampeonato em 1959, a paixão nacional torna-se mais uma vez um mecanismo do controle governamental. É neste momento histórico que ao invés de uma prática para todos, o esporte passa a ser elitizado para que os mais aptos pudessem representar o país. Assim, a logística do país eram norteadas no sentido de tornar o Brasil uma potência olímpica, sendo o tecnicismo e as leis esportivas transformadas, tendo como ponto peculiar a associação do esporte pela escola, porém, com objetivos do esporte de rendimento (BUENO, 2008). Após o militarismo, o esporte passa a ser assegurado constitucionalmente como um direito social a todos, pois deu um caráter diferente do anterior, sendo dever do estado fomentá-lo. Quanto as entidades que outrora eram dominadas pelo estado, passam a ter autonomia e o esporte educacional ocupa o primeiro plano recebendo

> recurso do estado. Conforme o Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I. a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
II. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
III. o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;
IV. a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.
    a. 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.
    b. 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.
    c. 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988, p. 36).

No Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi nomeado um Ministro Extraordinário de Esportes, Edson Arantes do Nascimento (Pelé) o qual apresentou um projeto de lei "Lei Pelé" dentre os avanços destaca-se a extinção do passe do jogador profissional de futebol e as associações esportivas se tornassem profissionais livres do estado brasileiro a partir da constituição de 1988. Além disto posteriormente foi criado o Ministério do Esporte e do Turismo, que por sua vez valorizou os assuntos esportivos para o nível ministerial consolidando assim o esporte como questão nacional durante 1999 até 2013. No Governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Esporte passou a ter um Ministério exclusivo para tratar sobre assuntos desta temática. Atualmente, o esporte tem tido prestígio na agenda governamental, visto que o Estado brasileiro tem dado atenção a partir dos megaeventos esportivos, ou seja, a partir da atual conjuntura política, econômica, social e cultural. Em setembro de 2012 (trinta e dois dias após o fim dos Jogos Olímpicos de Londres) a presidenta Dilma Rousseff e o ministro do esporte Aldo Rabelo, lançaram o plano Brasil Medalhas com objetivo de que ao fim dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro o Brasil esteja classificado, pela primeira vez na história, entre os dez melhores da competição e para os Jogos Paraolímpicos encerre entre os cinco primeiros. Além do Estado brasileiro, empresas estatais estão investindo no esporte olímpico e paraolímpico visando também os Jogos de 2016. Dentre elas podemos destacar Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras, BNDS, Banco do Nordeste. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2014) O primeiro dos megaeventos já foi realizado, a Copa do Mundo de 2014. Este evento trouxe uma série de protestos interrogados por uma questão "Copa pra quem?

" mobilizado por grupos sociais desde o primeiro momento da disputa para sediar a copa. Grupos preocupados com os danos que tais eventos deixariam desde o superfaturamento nos estádio até a remoção de 250 mil pessoas das suas casas violando assim os direitos humanos, sendo um grito de revolta de parte da população. É possível constatar que na atual conjuntura o Estado em parceria com iniciativas privadas desde 1959 potencializam o esporte no sentido de um avanço esportivo utópico, na tentativa de associar os objetivos do esporte de rendimento dentro da escola, ludibriam a classe trabalhadora em relação ao seu dever que segundo a constituição Federal de 1988, entende-se que é dever do estado "incentivar a prática de esportes e assegurar a destinação de recursos visando o desenvolvimento dessas atividades e a captação de novos talentos, sendo inclusive, o esporte, considerado como forma de promoção social" (BRASIL, 2014, p.1). Com o trabalho estanhado, e as consequências sociais que os eventos esportivos deixam, não é possível considerar que o estado esteja cumprindo seu dever, a sociedade como todo envolvida no capitalismo frente a um jogo político entre poder público e privado. **EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE** A educação é elemento fundante para a formação dos indivíduos. Por meio do processo de ensino e aprendizagem é possível transmitir as novas gerações os conhecimentos produzidos e sistematizado pela humanidade. A escola passa a ser um espaço deste processo, tendo como objetivo "elevar o grau de consciência individual atingido pela humanidade [...] sendo espaço de formação de um novo tipo de humanidade", porém na atual conjuntura, localizada no modo de produção do capital, a escola está organizada em todos os níveis e modalidades de ensino conforme a concepção de mundo da classe dominante (NEVES, 2005, p.28). De acordo com Leontiev (1997), os homens não nasceram humanos, mas humanizam se por apropriação da cultura. E conforme Saviani (2008), a natureza humana é produzida pelo próprio homem da compreensão histórica da formação de homem e que o considera como produtor dos bens materiais existentes no caso da Educação Física, a Cultura Corporal. Considerando o esporte como elemento da cultura corporal na Educação Física, identificamos que este vem sendo tratado de acordo com a lógica da escola capitalista, por meio da caracterização de uma sociedade injusta e desigual, com competitividade, tecnicização, produtividade, e individualismo, valores acarretados para escola através do esporte, alvo de interesses que incluem acordos comerciais de nível internacional (TAFFAREL, 2009). O esporte tem sido introduzido na escola através da disciplina de Educação Física, além disto, existem programas governamentais que proporcionam a vivência deste elemento com interesse de mudança social, buscando a salvação de toda pátria com suas declarações em documentos oficiais por exemplo. Quando tais políticas versam neste sentido, enfatizam que tal espaço segundo Barbieri (1996, p.111) deve ser usado "no campo do adestramento, tendo como objetivo precípuo, ganhar e portanto, o educar em sua plenitude, perde-se no caminho [...]. O que na teoria deveria ser o elemento primeiro: educar, passa a coadjuvante[...]". Conforme o documento formulado pelo Ministério dos Esportes sobre a definição

defendida pela Lei 9615, de 1998 identificamos:

I. desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II. II. desporto de participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III. III. desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei 9615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações. (BRASIL, 1998).

> Aparece portanto, três tipos de desporto e os espaços para a realização de tais, porém o *"desporto educacional"* não concretiza-se como previsto, tendo sim o *"desporto de rendimento"* garantindo o seu espaço, selecionando, segregando, excluindo aqueles que não são considerados aptos para o esporte de rendimento. Pensando no *"educar"*, ao invés de *"ganhar",* entendemos que o esporte enquanto conteúdo da Educação Física, é um conhecimento necessário para a apreensão do desenvolvimento sócio-histórico das próprias atividades corporais e à explicitação das suas significações objetivas. [...] Tal conteúdo surgem de grandes temas da cultura corporal e podem ser vistos quase como uma grande e abrangente classificação, suscetível de ser sistematizada em nível escolar, em todos os graus do ensino fundamental e médio (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.64). Consideramos o conceito de Coletivo de Autores (1992, p.50) de que a Educação Física "é uma prática pedagógica, no âmbito escolar, que tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança e ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de Cultura Corporal", considerado como
>
> fenômeno das práticas cuja conexão geral ou primigênia – essência do objeto e o nexo interno das suas propriedades – determinante do seu conteúdo e estrutura de totalidade é dada pela materialização em forma de atividades – sejam criativas ou imitativas – das relações múltiplas de experiências ideológicas, políticas, filosóficas e outras, subordinadas à leis

histórico sociais (Escobar & Taffarel, 2009 p.17). Ainda definido por Escobar & Taffarel (2009) como um campo de conhecimentos e saberes a partir dos quais os conteúdos são selecionados e organizados no currículo escolar, levando em consideração o que diz respeito a sua contemporaneidade, adequação ao desenvolvimento do indivíduo e as finalidades educacionais, de emancipação humana. Portanto cabe a escola transmitir o conhecimento produzido historicamente pela humanidade e permitir o acesso a este conhecimento a todos, neste caso o Esporte. Porém, a escola, está recebendo programas para a massificação esportiva em âmbito escolar, que confunde esporte de alto rendimento com esporte educacional. Isto nos faz pensar sobre o trato com o conhecimento esporte no espaço escolar bem como o papel do professor mediante a essas políticas disseminadas pelo estado. Atualmente o Programa de formação Esportiva Atleta na escola tem se inserido nas escolas, na Educação Física, para valorizar as práticas esportivas e desenvolvimento do esporte no país. É um programa[1] sob responsabilidade do Ministério da Educação em conjunto com o Ministério dos esportes vinculado à Secretaria nacional de Esporte de Alto Rendimento e do Ministério da defesa. O Governo Federal estabeleceu parceria com os Estados, Distrito Federal, Municípios, Escolas públicas (privadas e federais), Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro e as Confederações Brasileiras de Atletismo, Judô e Voleibol, sendo objetivo deste programa:

1. Difundir a prática desportiva entre os estudantes brasileiros; 2. Desenvolver valores olímpicos e paraolímpicos entre os jovens e adolescentes; 3. Favorecer a identificação de jovens talentos numa perspectiva de formação educativa integral que concorra para a elevação do desempenho escolar e esportivo dos alunos. (BRASIL, MANUAL DE ORIENTAÇÕES DO PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA, p.1, 2014). Este tipo de programa nos faz refletir sobre qual a intenção do Estado brasileiro em difundir essas ações em espaço escolar. Num primeiro momento é possível destacar que as parcerias entre o público e o privado demonstram que o objetivo destacado do programa pretende robustecer o esporte de rendimento num espaço que não é de seleção de talentos esportivos, pois a lógica das etapas de competições dos jogos escolares[2] é de caráter eliminatório e classificatório para a etapa posterior, desconsiderando a função social da escola para satisfazer o desejo estatal de tornar-se uma potência esportiva mundial diante dos Jogos Olímpicos em 2016. Assim,

para uma ampla compreensão é necessário fazer uma análise das políticas de esporte que são disseminadas dentro da escola, debruçando esforços para confirmar que são estratégias do estado para a legitimação social da hegemonia burguesa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** O Esporte enquanto elemento institucionalizado que possibilita as novas gerações a formação de uma cultura esportiva tem gerado um campo da produção do conhecimento, sendo objeto de estudos, discussões, reflexões e propostas. Este por sua vez também apresenta-se como um fenômeno social nas últimas décadas, que conforme Prieto (1979) tornou-se um fenômeno social universal, que reflete objetivos econômicos, políticos culturais, científicos e sociais. Nosso papel enquanto pesquisadores, professores inseridos na escola é de apresentar criticamente o esporte, refletindo a lógica capitalista do mesmo para contribuir com o pensamento crítico do aluno. Ao introduzir o conteúdo esporte nas aulas de educação este deve partir de uma "proposta clara que viabilize a leitura da realidade estabelecendo laços concretos com projetos políticos de mudanças sociais" (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.63). É dever do Ministério do Esporte investir no esporte educacional, pois ao contrario disto tal se constitui como um elemento manipulado pelo capitalismo enquanto necessidade e consumo da sociedade civil tornando-se elitista e segregador. Este deve ser uma prática livre e de direito social de todos, possibilitando a acessibilidade à este fenômeno universal, diferente do esporte de rendimento. O embate para a mudança se dá por meio de luta da classe trabalhadora. No contexto atual localizamos mobilizações contra o estado brasileiro em diversos setores, porém, percebemos que tais não transformam as relações de trabalho estranhado por não apresentarem uma profundidade na luta de classes, aparecem conformados, e não fazem revolução na busca de um projeto de sociedade. Devemos enquanto sociedade civil "responder contraditoriamente a determinadas demandas e orientações, abrindo espaço para a construção de uma contra-hegemonia sob a direção de um horizonte comprometido com a formação de uma outro projeto histórico de sociedade" (NEVES, 2005, p.27). Este artigo apresenta pistas para possíveis reflexões acerca deste objeto de estudo pois é necessário aprofundar neste horizonte, num sentido de contribuir com a Educação Física.

REFERÊNCIAS Atleta na Escola. http://
atletanaescola.mec.gov.br
/.
Acesso em: 21de maio de 2015 BARBIERI, César Augusto; BITTAR, Ari Fernando (orgs.). Esporte educacional: uma proposta renovada. Recife: Universidade de Pernambuco/ UPE-ESEF – MEE/INDESP, 1996. BUENO, Luciano. Políticas públicas de esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento. São Paulo, 2008. BRASIL - LEI Nº 9.615, de 24 de Março de 1998. BRASIL – *Constituição da República Federativa do Brasil.* 05 de outubro de 1988. BRACHT, Valter. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2005. CARNOY, M. Estado e Teoria Política. 3. ed. Campinas, SP: Papirus. 1990. CAZORLA Prieto, L. M. — Deporte y estado. Madrid: Editorial Labor, 1979. ESCOBAR, Micheli Ortega & TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. Cultura Corporal e os dualismos necessários à ordem do capital. Rascunho digital. www.
faced.ufba/rascunhodigital. LÉONTIEV, A. et al. Desporto e Desenvolvimento Humano. Introdução à edição portuguesa de Arnaldo Pereira. Tradução: Maria da Graça Morais Sarmento. Seara Nova, 1977. MANHÃES, Eduardo Dias. Política de esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. In: MARX, Karl. Manuscritos econômico filosóficos e outros textos escolhidos. 5ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, Coleção os Pensadores, 1991. MELO, M. de P. Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas: Autores Associados, 2005. MÉSZAROS, I. Marx: A Teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANTÁNNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia dahegemonia. In:_____. (org). **A nova pedagogia da hegemonia:** estratergias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. P.19-39. RUBIO, Kátia. Valores Olímpicos no recreio nas férias. OLIVEIRA, Amauri e PIMENTEL, Giuliano (org.) Recreio nas férias e os valores olímpicos. 1 ed. Maringá, Eduem, 2010. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas. SP: Autores Associados, 2008. TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. Megaeventos Contradições e Premiações.
Disponível em:
<www.
faced.ufba.br
/rascunho_digital>.
Acesso em: jan. 2016. _____. *Esporte na escola e o esporte de rendimento*: reafirmando o marxismo contra as ilusões e as imposturas intelectuais.
Disponível em:
<www.
faced.ufba.br
/rascunho_digital>.

Acesso em: jan. 2016.

1 O programa teve a adesão em 2013 das Secretarias de Educação dos 26 estados e do Distrito Federal, de 4.554 municípios e de 22,9 mil escolas. O Ministério da Educação estima que 2 milhões de estudantes da educação básica participaram da fase escolar. Dados do censo escolar de 2013 mostram que o País tem 194.577 escolas, entre públicas e privadas, das quais 147.307 unidades registraram estudantes na faixa de 12 a 17 anos de idade, que constitui o público do programa. Informação disponível em: http://
portal.mec.gov.br
/component/content/article?
id=20259:programa-atleta-na-escola-abre-inscricao-a-unidades-de-ensino.
Acesso em: 25 Mai. 2014. 2 Informação disponível em: http://
www.
esporte.gov.br
/index.php
/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/49709-atleta-na-escola-tera-prioridade-em-2015.
Acesso em: 25 Mai. 2014.

*Acadêmica de Pedagogia- FERA, Graduada em Educação Física – UFAL, Professora de Educação Física da Rede pública do Município de Arapiraca. Petra.edf@gmail.com

Recebido em: 06/07/2016
Aprovado em: 06/07/2016
Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort
Metodo de Avaliação: Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi: